



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.996, DE 2020

Altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e dá outras disposições

Autor: Deputado GENINHO ZULIANI

Relator: Deputado GUIGA PEIXOTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.996, de 2020, do Deputado Geninho Zuliani, altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, que dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica, para permitir que consórcios públicos possam negociar débitos já inscritos na dívida ativa com a União por meio de transação tributária.

A matéria foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço (CTASP), para análise do mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para análise do mérito e verificação da adequação orçamentária e financeira; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame do mérito e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guiga Peixoto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218891760700>



II - VOTO DO RELATOR

A matéria sob exame altera o art. 1º da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para incluir os consórcios públicos, constituídos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do art. 241 da Constituição Federal, na legislação sobre transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

Segundo justificativa do autor da proposição, o projeto em apreço além de permitir a realização de transação entre a União e os Consórcios Públicos, ou as associações públicas ou pessoas jurídicas de direito privado por eles constituídas, visa melhorar a situação fiscal dos Consórcios Públicos, permitindo que esses entes públicos tenham a possibilidade de se adequarem orçamentária e financeiramente, minimizando a extinção e fragmentação dos consórcios públicos.

A matéria se revela meritória e oportuna, pois permite aos consórcios públicos em débitos com a União quitar suas dívidas com desconto. O grande benefício da transação tributária é permitir ao devedor pagar a dívida fiscal de forma mais sintonizada com a sua realidade econômico-financeira, com descontos e prazos mais alongados. Da outra parte, proporciona ao fisco o recebimento daquele crédito.

Ainda mais nesse período pandêmico em que o país se encontra, o instrumento da transação tributária deve ser aplicado também aos consórcios públicos, que são grandes aliados da administração pública, principalmente dos pequenos municípios, na prestação de bens e serviços públicos à população.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.996, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado GUIGA PEIXOTO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guiga Peixoto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218891760700>

